

CAPACITAÇÃO E MOBILIDADE PROFISSIONAL DE MIGRANTES DE MINAS GERAIS NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE SÃO PAULO, 1960/1970

*Eduardo Magalhães Ribeiro **

*Flávia Maria Galizoni ***

*Thiago de Paula Assis ****

O TRABALHO URBANO DE MIGRANTES RURAIS

A adaptação de trabalhadores de origem rural ao trabalho urbano foi um assunto que ocupou muitos pesquisadores brasileiros. Vários autores descreveram as precárias condições de vida de um campo que expulsava lavradores e, ao mesmo tempo, não os preparava para enfrentar as dificuldades da cidade. Conhecendo apenas o trabalho pesado do campo, certamente seriam marginalizados ou excluídos nos novos ofícios.

Como foi possível a milhões de camponeses entrar no mercado de trabalho, aprender suas regras, conseguir uma razoável mobilidade profissional e adquirir habilidades que somavam à sua modesta bagagem de conhecimentos formais? Investigando a trajetória desses migrantes percebe-se que isso ocorreu pela combinação das redes solidárias que formaram nos centros urbanos com os sistemas de gerência de força de trabalho utilizados pelas empresas.

Este é o assunto deste artigo: analisar a trajetória urbana de lavradores mineiros que migraram para a capital de São Paulo nas décadas de 1960 e 1970. Saindo do campo, principalmente do alto Jequitinhonha, com pouca escolaridade, nenhum dinheiro e muita vontade de trabalhar, entraram na construção civil, conseguiram ascender profissionalmente ocupando cargos de oficiais, e, boa parte

das vezes, amealharam rendimentos que serviram para engordar seus patrimônios nas comunidades de origem, quando retornaram.

A pesquisa que originou o artigo foi realizada entre 2000/2001 com migrantes retornados ao nordeste mineiro, todos eles filhos de sitiantes ou antigos agregados - moradores livres de fazendas - que trabalharam em São Paulo nos anos 1960/1970¹. Foram feitas entrevistas e consulta à literatura, procurando unir duas perspectivas de análise: de um lado, os estudos sobre movimentos migratórios de mineiros, que perceberam lavradores saindo do campo, expulsos pela modernização agrária, pelo conservadorismo rural e pela impossibilidade de sobrevivência digna na sua terra; de outro lado buscou a colaboração dos estudos, geralmente sobre urbanização, que os viram chegar às cidades, principalmente a São Paulo, e perder-se numa multidão de "nortistas", em cujo meio foram, pelo menos nos anos 1970, maioria.

NAS CIDADES

Pesou na trajetória desses trabalhadores, muito mais que as características e méritos pessoais, as redes solidárias que construíram no meio urbano. Quando descrevem a forma como sobreviveram em São Paulo, percebe-se que eram protegidos por conterrâneos, parentes e amigos que migraram antes, que garantiam abrigo, alimento, busca de

empregos urbanos, até o trabalhador conseguir se firmar. Essas redes inseriam, mas também atraíam e relacionavam destino e origem (Hogan et al., 1978; Kovarick, 1978 e Castro, 1983).

Foram essas redes que permitiram a capacitação de trabalhadores nas grandes cidades. Ingressavam juntos na mesma empresa, criavam com a firma uma relação duradoura de fidelidade que unia o trabalhador à sua primeira empresa. Nela, formavam grupos de companheiragem que buscavam recriar no alojamento e grupo de trabalho da empresa uma imitação da família e da comunidade:

"Todo dia era o seguinte: (...) eu fazia a comida pra mim e pra eles. (...) Eu fazia as compras, e aí, agora, na hora dividia, eles pagavam. Acordava mais cedo, às 4 horas eu já tava fazendo comida, tudo colegagem. Eles acordavam a comida já estava pronta. De manhã era café e pão; quem quisesse comer ali um salgado, a carne já ficava pronta, a carne cozida. Aí quando dava 11 horas da manhã a sirene apitava, aí nós ia para o alojamento, chegava lá, esquentava a comida, passava pra dentro. Deixava a outra parte - porque nós fazia muita hora [extra], então fazia a comida para almoço e janta. E chegava e jantava. Aquele que ia trabalhar [fazer hora extra], bem; aquele que não queria ir trabalhar.. A gente esquentava a comida; vasilha eles lavavam. Dia de domingo nós catava o feijão, deixava tudo catadinho, era pra cortar a semana; arroz, nós catava tudo, deixava

tudo no jeito." (JPR, entrevista, 2001)

As relações dos trabalhadores com a firma de construção civil, pelo relato dos migrantes, parece ter sido mais personalista e patriarcal que contratual entre empregado e patrão. A sociabilidade informal na empresa - o grupo de amizade, a relação de proximidade, união dos conterrâneos e parentes - dava ao trabalho urbano muita semelhança com o trabalho rural na região de origem.

As firmas contavam e investiam nessas relações pessoais. Alertavam seus contratados sobre os perigos da cidade: assaltantes, traficantes, prostitutas, estavam interessados no rendimento suado dos assalariados da construção. Ofereciam a proteção do alojamento, o refúgio seguro na selva urbana, do qual saíam em bandos nos finais de semana para danceterias e parques. As empresas, nos anos de *milagre* em São Paulo, recriavam a relação que vinculou o agregado à fazenda, o sítio à comunidade. É notável que, apesar das extensas jornadas de trabalho, nenhum dos trabalhadores entrevistados fez referência a descumprimento de direitos trabalhistas ou deslealdade por parte das firmas. Mesmo aqueles que vieram depois a ingressar no sindicalismo, afirmam a correção das empresas. Eram, sempre, boas firmas.

NO TRABALHO

Depois que entrava na construção civil, a situação do trabalhador migrante passava por mudanças importantes. Ele entrava num mercado de trabalho, e seu esforço passava a valer dinheiro - convertia-se em mercadoria, coisa que antes nunca havia sido, a não ser parcial e precariamente. Depois, trabalhava num espaço urbano, onde a produção era independente da natureza, das *seca e s'água* e do interesse do trabalhador. Por fim, além de diferente, o mercado de trabalho urbano costumava exigir trabalhador capacitado. Por isso se acredita que a adaptação do migrante à cidade foi muito difícil.

Vendo, porém, pela perspectiva do trabalhador, as mudanças não parecem ter sido assim tão importantes. Ingressavam no mercado de trabalho sem capacitação, é certo; mas, depois de algum tempo, os

trabalhadores fichados estavam capacitados e faziam carreira na firma. Segundo os depoimentos de migrantes a ausência de capacitação ou alfabetização jamais comprometeu seu desempenho, pois as ferramentas de trabalho eram as mesmas, a capacitação era feita no próprio desempenho do ofício e, por último, a chefia imediata da mesma origem ajustava o trabalhador à firma e ao serviço.

Trabalho agrícola e trabalho urbano, no caso da construção civil, não usavam instrumentos muito diferentes: pás, picaretas, carros-de-mão, ferramentas de serventes, eram as mesmas usadas na roça. A diferença importante entre os dois trabalhos estava na organização do trabalho, pois na construção civil recebiam muitas vezes cotas diárias de tarefas, que deviam cumprir em determinado período de tempo ou mediante certa remuneração já combinada. As tarefas eram uma fração do serviço total; subempreitado ao trabalhador, o mais das vezes era ele mesmo que regulava a duração e a intensidade da jornada. Esta liberalidade nos contratos era estratégica para ajustar a força de trabalho: servia para apresentar o trabalho urbano simplificado, reduzido à sua expressão mais elementar, a um trabalhador que desconhecia o objetivo final do trabalho, mas sabia, a seu critério executar as tarefas. Por isso as firmas não precisavam contratar pessoas especializadas e podiam fichar lavradores, que trocavam de ambientes de trabalho mas não de ferramentas, mudavam a relação com o trabalho mas não a rotina de esforço. Por isso as passagens do rural para o urbano não eram difíceis:

"(...) Não estranhei nada [do serviço de São Paulo]. Até porque era cabo de ferramenta e eu já tava acostumado com ele aqui. A gente ia carpir cana na roça, eu tava acostumado com a enxada. Lá nós ia fazer viaduto. A fundação dele tinha que ser feita na picareta e pá, nós tinha o costume com elas aqui, já conhecia elas. Todas as ferramentas que precisava lá é aquela que já usava daqui. Então eu não estranhava nada." ALC, entrevista, 2001

O ritmo diferente do trabalho foi a marca que ficou na lembrança dos migrantes. O pagamento por rendimento

do trabalho, por empreitas, era diferente do que existia nas lavouras; mas para eles era um bom ajuste, permitia planejar quanto receberiam em dinheiro e dosar o esforço. Cumpriam jornadas de 12 horas diárias, mas frequentemente trabalhavam 14 ou mais horas, às vezes *dobrando*, cumprindo 24 horas seguidas de trabalho. A lembrança de São Paulo é de um trabalho contínuo:

"Pegava no serviço às 7 horas e largava 10 da noite. E tem o tal viaduto, viaduto não, metrô. Ainda era pior. No metrô trabalhava direto, não tinha parada, não pára, ele tocava direto sem parar, dia e noite. Então troca turma, uma turma vem, trabalha até o horário dela e de tarde aquela sai, entra outra, pega ali naquela frente que eu estou mesmo." (JAL, entrevista, 2001)

A jornada de trabalho na construção civil não era regulada pelas *seca-e-s'água*; era guiada pelo ganho por hora, pela necessidade da firma, pela ordem da chefia. Variavam o ritmo, a duração e o comando, mas, o esforço e a habilidade requeridos eram os mesmos do trabalho da roça. De acordo com o senhor JMC:

"(...) diferença eu não senti tanta, porque desde os nove anos eu já trabalhava em tudo. Chegou lá pra mim uma pá, uma picareta, sabendo que eu tava ganhando dinheiro que eu não ganhava aqui, então não fez diferença, não. O ruim era dizer que eu tava longe e num lugar que eu não conhecia nada. Mas o serviço... Você furava 10 metros de vala por dia por tarefa; uma hora dessas [16 horas] eu já tinha tomado banho, já tinha furado a vala, tranquilo, e com o dinheiro no bolso. Eu tava ganhando meu dinheirinho, tava bom demais." JMC, entrevista, 2001.

Não havia diferença entre ferramentas e esforços, pelo menos no trabalho inicial de servente, onde todos ingressavam e era realmente o mercado básico para migrantes. Era um trabalho quase que puramente físico:

"Serviço braçal é um pelo outro, por igual. Nunca vi diferença entre cá e lá." JGS, entrevista, 2001.

A adaptação à cidade obedecia à mesma lógica. A cidade é construída para ser compreendida; seu traçado é feito para

que as pessoas se desloquem e localizem-se sem muito esforço. Como as cidades e as técnicas da construção civil foram criadas para ser consumidas em larga escala, sua compreensão é muito mais fácil que os ofícios, as atitudes e os usos do espaço no rural. Os migrantes afirmam que a cidade é “fácil”, embora seja perigosa; dizem que, depois de passados 20 ou 30 anos, poderiam sair do Nordeste mineiro, descer na rodoviária paulistana, embarcar em metrô, procurar seus antigos empregos, localizar bairros e prédios sem problemas.

As diferenças na jornada de trabalho eram principalmente duração e ritmo, que eram propostos pela firma e negociados com os trabalhadores. Os estímulos monetários, as cotas de serviço, os horários, eram ajustados à média dada pela capacidade do trabalhador para tornar mais demorada as tarefas. Quando entravam na firma eles desconheciam aquela barganha entre pagamento/cumprimento da tarefa e abusavam do esforço, pois acreditavam que assim iam fazer carreira. Este foi o caso do senhor JPD, no seu primeiro emprego:

“(...) ele me entregou uma pá, uma picareta, eu e um primo meu - hoje ele mora até no Gentio - e falou: ‘Hoje vocês vão fazer a fundação num predinho ali’. Tava fazendo um bocado de predinho, casa popular, por lá. ‘Vai fazer a fundação; o encarregado está lá e vai riscar, e lá ele marca onde cês vai cavacar!’ Aí o encarregado foi lá, riscou tudo, esquadrejou, e falou: ‘Aí: aqui cês vão cavar, são tantos centímetros de fundura e tal.’ E saiu, foi pra outra fase, assim, pra lá. E eu mais esse primo meu sentemo o pau nesse trem! Picareta, enxadão e pá, e eu cavacava, ele tirava a terra; outra hora ele cavacava, eu tirava terra. Isso foi a primeira vez, né? Ô moço! Quando foi onze horas - eles apitava, era para parar para almoçar -, quando deu onze horas o encarregado chegou lá, falou: ‘-Não pode ser! Os dois juntos vão fazer o serviço todo da companhia num dia! Já fizeram a fundação!’ Falou: ‘-Criatura! Não é assim, não! Cês não aguentam!’ Suando, tava com a roupa que podia torcer. Ele falou: ‘-Desse jeito cês dois podem fazer o serviço todo da companhia! Daqui pra poucos dias não

tem serviço mais, não, uai! Cês vão trabalhar devagar... Cês têm cuidado; só labuta com a pá a hora que o engenheiro, o chefe, chegar; cês fica movimentando aí. Mas desse jeito, quem são ocês pra aguentar!’” JPD, entrevista, 2001

CLASSIFICAÇÃO

Depois que ingressavam no trabalho, afeiçoavam-se ao ritmo e às normas da construção civil, os trabalhadores começavam um lento processo de capacitação e, a partir de seus próprios esforços, conseguiam uma razoável mobilidade ocupacional. Eles entravam no serviço sem capacitação anterior; entravam na condição de serventes, de servente a meio oficial, daí a oficial, a encarregado, a mestre-de-obras: progrediam.

No entanto, para progredir era necessário passar pelos muitos testes de habilidades ou qualidades, que indicavam se possuíam ou não condições de realizar determinadas tarefas. Os testes visavam, a princípio, resolver problemas da empresa no momento da contratação: uma vez que o trabalhador não dispunha de registro precedente na carteira de trabalho que mostrasse que ele era capaz para determinado trabalho, as firmas testavam a obediência, a boa índole, a educação, por meio de recursos que os migrantes lembram com gosto ou, às vezes, desgosto.

O teste podia ser um verdadeiro trote: *“O chefe falou pra mim, primeiro dia que eu cheguei no serviço, falou: ‘-O teste aqui é entrar nessa lama. O que entrar nessa lama passou no teste. Você entra?’ Eu falei: ‘-Entro!’ (...) Quando eu entrei ela deu aqui! Mas uma lama fedida mesmo. Aí, quando eu fofava daqui, fofava dali, meti a pá, meti a pá. (...) Aí eu tou lá, tou lá, daqui um pouco ele gritou: ‘-Pronto, pode sair! O teste é esse aí.’ (...) Ele falou: ‘-Cê tem coragem!’ Aí, desse dia em diante, eles criaram fé em mim, tudo era eu, e pra sair dessa companhia deu trabalho, eles não queriam que eu saísse não.” JPA, entrevista, 2001*

Às vezes os testes buscavam descobrir a capacitação anterior do trabalhador, sua experiência como pedreiro ou carpinteiro.

Era difícil avaliar essas capacidades apenas por meio de trabalho, então as firmas criavam situações difíceis que os trabalhadores deveriam resolver, como uma armadilha. Em alguns casos a superficialidade do teste podia até classificar trabalhadores que não apresentavam condições de fazer o trabalho.

Nas lembranças, os migrantes vinculam a agilidade de pensamento e resposta ao conhecimento do ofício, ou a um resultado inesperado que comprometia a própria validade do teste. O narrador costuma se colocar mais na posição de um crítico que propriamente num beneficiado do teste; gosta de expôr o confronto entre o saber formal da firma e sua própria experiência camponesa, marcando, por meio da aprovação ou do insucesso do teste, sua capacidade para superar desafios que o questionavam mais culturalmente - dada sua origem - que tecnicamente, dada sua formação profissional.

Por isso muitos relatos de testes são marcados por uma fina ironia em relação ao morador de cidade, letrado e se acreditando esperto, que espera apanhar o roceiro - aparentemente um bobo, mas que revela-se um sábio - num ardil. Mesmo depois de passados já, 30 anos, lembrar do teste serve para valorizar a formação familiar e camponesa. Os testes são mais lembrados pela lição que podem encerrar que pelos seus resultados objetivos, como nesse relato:

“Mané Ramos e dois irmãos trabalhavam em São Paulo, numa firma. Eles vieram cá [em Chapada do Norte] de férias e levaram um parente deles que nunca tinha ido em São Paulo, que não sabia nem o que era trabalhar em construção. Eles [os irmãos] eram carpinteiros bons, mas chegou lá [em São Paulo] eles foram pra outro setor, e jogou o teste neles. O parente que levaram passou no teste, e eles não passaram. Por quê? Porque foi um teste simples: mandou eles bater um prego, e aí o mestre segurou no prego e mandou eles bater. Ele [Mané Ramos] já sabia bater, foi batendo devagarzinho. Deu o outro [o irmão], o outro bateu. Quando deu ao parente para ele bater, ele ficou com medo de quebrar o dedo [do

mestre-de-obras], e falou: 'Faça o favor de me dar o prego aqui...' e foi e bateu. *Aí ele [o parente] passou. Ele foi classificado e os outros não. Só que [depois] ele não ficou com o emprego, porque ele não sabia fazer nada.*" OSC, entrevista, 2001

CAPACITAÇÃO

A organização da produção onde entravam esses lavradores era semelhante aos sistemas de fábricas: trabalho fragmentado, marcação de cotas, pagamento por produtividade no trabalho. Mas, assemelhava-se também aos processos artesanais de trabalho, que são também parecidos com os processos agrícolas de formação do trabalhador: o aprendiz recebia o ensinamento de um mestre, que guiava sua mão no ofício, formava aos poucos um profissional, que por fim seria considerado um igual.²

Os trabalhadores começavam sempre como serventes - feito os aprendizes no artesanato, as crianças nas lavouras familiares - guiados por um pedreiro ou carpinteiro que conhecia o ofício. Os chefes imediatos, e às vezes até os mediatos, vinham da mesma origem dos trabalhadores de base; ocorria frequentemente de oficiais, encarregados ou mestres-de-obra orientarem o trabalhador desde a comunidade de origem até a empresa. O oficial colocava o servente no trabalho, educava-o, protegiam-se como grupo de conterrâneos; orientando o servente, o chefe percebia sua motivação, inteligência e capacidade. Quando o trabalhador acreditava que estava formado, pedia à chefia para ser *classificado*, isto é, que fosse alterada a carteira de trabalho, registrando-o como pedreiro, carpinteiro, armador. Chefes selecionavam novos oficiais aos poucos: testando-os em tarefas de menor exigência, avaliando seu interesse e desempenho. Esta era também uma avaliação coletiva, pois incluía o oficial, o encarregado e o mestre-de-obras. A avaliação de desempenho ia ocorrendo lentamente, junto com a capacitação do trabalhador. Às vezes a avaliação positiva e o ordem da chefia para *classificação* era feita antes da solicitação pelo trabalhador.

Era, então, um sistema hierárquico produzido na e a partir da própria firma, que transformava quase naturalmente - e, principalmente, quase sem custos - trabalhadores rurais sem qualificação e escolaridade, em dedicados pedreiros, armadores, carpinteiros, encarregados, mestres-de-obras. Entretanto, para conseguir essa mobilidade funcional era fundamental ter boa-vontade e capacidade de trabalho. O trabalhador deveria ter sobretudo interesse em aprender: este era o diferencial que ele manifestava no cumprimento correto das ordens do oficial a quem servia. Revelava assim seu interesse, e consolidava-se no esforço para ajudar, no interesse em fazer pequenas partes da obra, manejar um pouco a colher de pedreiro ou o martelo, aprender medir, avaliar e, principalmente, adivinhar aquela determinação silenciosa de disciplina que oficiais, encarregados e mestres esperavam dele, que ele absorvia junto ao conhecimento do serviço, do ofício e da cidade.

A trajetória do senhor ALC, que saiu de Chapada do Norte para São Paulo nos anos 1960, é exemplar sob muitos aspectos. Ele migrou sem *leitura*, fez uma afamada carreira profissional, conduziu muitos dos então jovens nas suas primeiras viagens, encaminhou-os no trabalho e na vida. Ele explicou como ocorria a *classificação*:

*"[O aprendizado] é do entendimento. Olha: cê vai trabalhando, não é, vamos supor, se eu já tou trabalhando de encarregado, o senhor vem trabalhar mais eu. Mas o senhor tá trabalhando ali comigo, já tem um mês; eu já tou vendo como é que o senhor é, o seu jeito, eu sei o jeito daquele ali, eu sei o jeito daquele outro, nós tamo tocando. Um dia, nós precisa ter o escorador, nós precisa ter o carpinteiro, nós precisa ter o armador, nós precisa ter o ferreiro. (...) *Aí é onde você tem que controlar o povo. Vai indo, vai indo, com pouco nós vem, fala: 'Ó, você, pára aí um pouquinho e vai ali fazer aquele serviço pra mim.'* *Aí o senhor vai, aí eu estou vendo como é que o senhor tá fazendo. Foi lá, fez ele direitinho e tal e voltou: 'Eu já terminei'. Falei: 'Cê pode esperar'. Depois eu falo: 'Não, agora que você já terminou**

*isso aí, cê vai fazer aquele ali'. Cê vai lá, quando chego lá 'tá bom; eu fui lá olhar, tá bom, tá feito tudo direitinho. (...) Vou olhando, quando chega, tem um mês que você trabalhou. Aperta lá, precisou dum pedreiro, não tem, está faltando pedreiro, eu falo: 'Eu vou buscar aquele moleque ali, que ele, acho que a idéia dele dá pra isso.' E eu vou buscar ele. (...) Falo: 'Vem cá! Vamo ali pra ver se dá procê fazer um servicinho.' É que precisava fazer uma caixinha aqui pra cair água. Vê se ocê atenta fazer isso aqui.' Ah! Senhor nunca fez? *Aí eu vou lá e risco ela pra o senhor! Deixo com sinal, marcadinho, assim, assim. Dá os tijolo, dá a massa, trago outro servente e ponho aqui mais o senhor. Risca aí, se o senhor se enganar com alguma coisa, fala comigo: 'Pode falar que eu venho cá marcar.' O senhor fica lá, quando pensa que não (...) daqui a pouco o senhor fez, o fundo da caixa está feito. Falei: 'É. Ele dá para fazer. Pode deixar que esse aí dá para fazer.' Quando for amanhã, em vez do senhor ir lá pra aquele barro que o senhor tava trabalhando na pá, eu já trago o senhor é pra aqui. Falo: 'O senhor fica aqui, viu? Os tijolino tá, tá tudo aí. Cê faz ela, reboca, e depois dá uma massinha nela, cê queima, depois que der uma massinha cê queima ela toda.' Quando tiver uns dias, o senhor já tá ficando bem bom, e já tá trabalhando sozinho, senhor mesmo já tá marcando lá seus trens, tá fazendo (...). Quando pensa que não, chego no pé deles [os engenheiros], falo: 'Ó, tem um moço ali que nós precisa mudar a classe dele, porque não dá para ficar aí mais de servente, não!' Dali, agora, já passa o senhor pra pedreiro. A mudança vai te subir o salário, o seu não está te servindo mais. (...) Faço assim o carpinteiro, o armador. (...) Eu chego lá, dou as bases, dou as medidas, tudo sem leitura, que eu não tenho leitura não, eu não sei nem escrever meu nome. (...) Tá bom: o senhor já saiu pedreiro. (...) Não tinha pedreiro, já tem. Não tinha carpinteiro, já tem. (...) Quando é no fim da história cês tudo já passou, cês num é servente, num é nada mais. De servente cê já é encarregado, quando cê é encarregado,**

cê vai ser mestre." ALC, entrevista, 2001

Na construção civil as funções eram ordenadas pelo saber, de uma forma parecida com aquela que existia nas corporações de ofício medievais e existe nas universidades e na agricultura das populações tradicionais. Nesses sistemas o aprendiz ingressa sem conhecimentos; mas, tendo vontade de aprender, recebe o apoio dos oficiais, progride na carreira, no ofício e no salário. Os oficiais conheciam os aprendizes da construção que eram mais aptos:

"Tem o servente de pedreiro, que ele, o pedreiro, não precisa mandar. Às vezes tá faltando meio tijolo; ele já olhou a parede, ele já sabe que tá faltando meio tijolo, ele vai lá e panha." JPR, entrevista, 2001

Os trabalhadores aprovados pelos oficiais, estimulados a buscar a *classificação*, eram absorvidos no trabalho sem muitos conhecimentos do urbano, praticamente sem suporte de escolaridade formal, sem mediação de instituições de capacitação e sem qualquer investimento das firmas na formação profissional. Alguns trabalhadores ansiavam pela qualificação, e a promoviam por conta própria, forçando as chefias a aceitá-las em situações de grande demanda por trabalho, como no caso do senhor DEL:

"Comecei como servente. Como aprendi? De curioso, né? Tinha uns caras que estavam trabalhando assim e eu via eles quebrar um ferro, dobrar um ferro e eu ficava olhando aquilo. Aí eu falei: '-Ah, que isso! Eu faço isso aí também!' Fui lá, bati o pino do mesmo jeito que o outro, cheguei lá e peguei a chave e abri o ferro. Aí eu chamei o encarregado, ele disse: '-Ó, ocê conhece de ferragem?' Eu falei: '-Conheço tudo quanto é tipo de ferro. Conheço 4.2, 3.4, 5.16. Qualquer um que o senhor falar comigo eu sei.' '-Pois amanhã em diante o senhor vai trabalhar pra mim.' Aí, no outro dia, eu tava na banca, ele já me fichou como meio oficial. Depois de seis meses como meio oficial eu falei com ele: '-Ó, cê sabe de uma coisa? Eu trabalho aqui como meio oficial, ganhando menos da metade dos outros aí. Eu não vou trabalhar nisso não.' Nisso, a C. tava do mesmo lado - a C.

Engenharia (...). Tinha um encarregado da C. que falou: '-Vem pra cá que eu vou pagar pra você o mesmo salário dos outros.' Aí, eu falei: '- Eu tô saindo daqui, cês acerta comigo aí, que eu vou embora. Eu vou pra casa.' O caramba! Aí eles fichou minha carteira como oficial. Aprendi olhando os outros. E tem uma coisa que eu vou falar com o senhor: eu não sei ler. Mas o senhor pode me dar um desenho de armador que eu sei quebrar uma ferragem pro senhor. Pode me dar o desenho. Olha aqui: cê está vendo esse papel? Eu não sei ler nada, nada. Mas se o senhor me der o desenho de uma ferragem eu sei fazer todinha o que está nela." DEL, entrevista, 2000.

Como a capacitação de trabalhadores ocorria na própria obra, os que se tornaram chefes conheceram e viveram - na condição de servente, meio oficial ou oficial - todas as dificuldades do trabalho. A mobilidade profissional era consensual, arranjada e solidária, dependia do reconhecimento vertical e horizontal dos méritos do trabalhador. Por isto, certamente, os trabalhadores que chegaram à chefia relatam um mando sem peso: leve, baseado na liderança pessoal, no carisma, na capacidade pessoal, muito mais que na autoridade delegada pelos altos escalões da firma. Esse mando podia, com o tempo, tornar conhecido determinado chefe, para o bem ou para o mal: isto dependia da forma como conduzia seu trabalho, das relações que estabelecia com seus comandados. Vinha daí, também, sua influência sobre o grupo de parentes e conterrâneos, que a cada ano animava-se a pegar a estrada para entrar na firma e na equipe daquele mestre-de-obras ou encarregado. Servia, por outro lado, para formar também para o bom ou o mau nome da empresa, pois dependia desses chefes de *chão de fábrica* o acesso que os trabalhadores teriam ou não às diversas instâncias da firma.

Por iniciativa própria, com apoio dos oficiais e mestres, estes trabalhadores faziam carreira profissional na empresa. Uma carreira sofrida, é certo: construída à base de horas extras, na distância dos parentes, da comunidade e da terra, na solidão brutal da cidade. Mas constata-

anos depois, que com este trabalho nas capitais foram capazes de alavancar um setor econômico que na época possuía imensa importância. E, no retorno, conseguiram montar seus sítios e terrenos, firmar na comunidade de origem uma base produtiva que garantiu o sustento da família pelos anos que vieram.

* Eduardo M. Ribeiro é Economista da UF de Lavras/MG e Pesquisador do CNPq.

** Flávia M. Galizoni é Antropóloga da Universidade Estadual de Campinas/SP.

*** Thiago de P. Assis é Agrônomo, mestrando do PPGA/UFLA e pesquisador da APPJ de Lavras/MG.

NOTAS

1 - Esta pesquisa, realizada no período 2000/2001, foi financiada pela Fapemig (projeto SHA 2876/97) e contou com as bolsistas IC/Fapemig Ana A. Simão e Karina N. de Oliveira, da U.F. de Lavras.

2 - Sobre trabalho artesanal, manufatureiro e industrial ver Marx (1975) e Marglin (1978); sobre aprendizado de trabalho rural ver Woortmann & Woortmann (1997), Ribeiro (2000) e Galizoni (2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, S.P.
(1983) *A adaptação de migrantes rurais na região da Grande São Paulo nos diferentes períodos de sua transformação industrial - um estudo de caso*. Dissertação de mestrado (Sociologia Rural). Viçosa, UFV.
- GALIZONI, F.
(2002) "Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha." *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Volume 40, nº 3, jul/set.
- HOGAN, D.J. et alli.
(1978) *Cidades: usos e abusos*. São Paulo, Brasiliense.
- KOVARICK, L.
(1979) *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARX, Karl.
(1975) *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MARGLIN, S.
(1980) "Origens e função do parcelamento das tarefas" In: GORZ, A. *Crítica à divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes.
- RIBEIRO, E. M.
(2000) "A formação de sucessores no rural brasileiro." *Saeculum, revista de história*. João Pessoa. Número 4/5, dezembro.
- WOORTMANN, E. e WOORTMANN, K.
(1997) *O trabalho da terra*. Brasília, Editora da UnB.